

A Roda Viva da Cana

Apesar de ilegal, o aliciamento de menores indígenas - com documentos falsificados - para o trabalho no corte de cana é comum no MS

Cristiano Navarro - Cimi MS

Em setembro de 2006, quando o menino Guarani Kaiowá de 15 anos, José dos Santos*, anunciou largar a escola para trabalhar no corte de cana, seu pai, o viúvo Manoel dos Santos, se viu contrariado. Não queria que o filho, um bom aluno da 6ª série, sofresse a mesma sina que o afastou do trabalho aos 32 anos por um desvio na coluna.

Assim, seu Manoel escondeu os documentos do filho para que ele não fosse cortar cana na Fazenda Santa Cândida, da Destilaria Centro Oeste LTDA (Dcoil), de propriedade do médico Nelson Donadel.

Ignorando os conselhos do pai, o garoto acertou com um “cabeçante” indígena de Dourados, identificado por Jorge, o pagamento de R\$ 1.500 para o trabalho de 70 dias. A falsificação da ficha de José junto a Dcoil foi feita de forma grosseira. Além de receber o nome de Devir Fernandes e a idade de 24 anos, não constavam foto ou informações como os nomes do pai e da mãe.

Um rapaz tímido e bastante esforçado, que freqüentava as aulas regularmente e integrava o projeto de criação de mudas para reflorestamento da terra indígena Tey Kue, com estes adjetivos a Irmã Anari Nantes, diretora da escola onde José estudava, o descreve.

Apesar de ilegal, o aliciamento de menores indígenas - com documentos falsificados - para o trabalho no corte de cana é comum no Mato Grosso do Sul. “A procura pela mão de obra é grande, por seu bom desempenho e baixo custo. Com a grande demanda os adolescentes são freqüentemente aliciados”, atesta o ex-procurador chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) no MS, Cícero Rufino, que ocupou o cargo até o final de 2007.

Após 70 dias de trabalho, José voltou para casa sem receber nada. O “cabeçante” informou que ele deveria trabalhar mais um mês, até que o pagamento atingisse R\$ 2.000 para recebê-lo integral. No início de dezembro, José voltou ao trabalho nas terras da usina de Nelson Donadel.

Doze dias depois, na noite de 14 de dezembro de 2006, em um caixão simples, o corpo de José foi entregue de surpresa na casa da avó. Ele havia sido degolado na manhã do mesmo dia dentro da usina. Seu corpo foi encontrado por policiais por volta das 14 horas, próximo a um monte de cana que acabara cortar.

Sem registro

Mesmo com as evidências físicas do cadáver e da falsificação dos documentos, o boletim de ocorrência foi registrado na delegacia de Iguatemi com idade e nome

adulterados. Portanto, para polícia quem estava morto não era José dos Santos, mas Devir Fernandes.

Na busca por pistas, nem Funai, nem Funasa, nem MPT tinham qualquer notificação da morte de José dos Santos, ou Devir Fernandes. “É freqüente a troca de documentos e a falta de registro de mortos”, confirma o médico coordenador da Funasa em Dourados, Zelick Trajber.

Dias depois do enterro de José, após juntar o resultado do exame de corpo delito - que apontou a idade de 16 anos - e os depoimentos do autor confesso do crime e de testemunhas, seu Manoel provou que de fato o corpo enterrado era de seu filho.

De posse destes documentos, ele foi à gerência da Dcoil para pedir que lhe pagassem o que deviam ao filho. A resposta foi categórica “eles disseram que não devem nada pra mim, que a quem deviam já pagaram. E que se eu quisesse qualquer dinheiro procurasse a Justiça e polícia”, relatou.

Apesar de a polícia ter dado Devir Fernandes como morto, ele continua vivo. Morando na aldeia de Dourados, Devir trabalha de 12 a 14 horas por dia para transformar sangue, suor e cana-de-açúcar em álcool combustível para outra ponta da cadeia produtiva abastecer discursos políticos desenvolvimentistas e automóveis que circulam com etiquetas ecologicamente corretas com nome de Total Flex.

Trabalho escravo

A Dcoil não é a apenas uma empresa que permite o aliciamento de menores de idade para o trabalho exaustivo do corte de cana. Poucos meses após a morte de José, em março 2007, ela foi flagrada por uma diligência do Grupo Móvel de Fiscalização do MPT em que 498 trabalhadores foram libertados, destes 150 eram indígenas.

Todos os 150 estavam alojados em um barracão sem janelas que comportava, no máximo, 90 pessoas. Trinta dormiam no chão. Faltavam equipamentos de trabalho adequados e havia pagamentos atrasados. Após a diligência a Dcoil teve de pagar multa e assinou um termo de ajustamento de conduta onde se compromete melhorar a situação dos trabalhadores.

Empresas irmãs

Casos de assassinatos e escravidão de indígenas não são registrados somente nos limites da Dcoil. Segundo levantamento do Cimi, dos 53 assassinatos ocorridos no MS em 2007 com vítimas indígenas na região de Dourados, três aconteceram nas usinas.

A Usina Debrasa, em Brasilândia, é outra que tem em seu currículo assassinatos e trabalho degradante. Entre 2006 e 2007 ocorreram dois assassinatos e, em novembro último, foram libertados 1.011 trabalhadores indígenas que se

encontravam em situação de escravidão. A Debrasa é descrita pelos indígenas e pelo MPT como um “verdadeiro inferno”.

Como prêmio por sua contribuição ao desenvolvimento do MS, o governador, André Puccineli, concedeu em dezembro de 2007 a isenção de 67% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para 44 usinas em construção no estado.

Enquanto Manoel dos Santos luta para receber R\$ 2.000 da Dcoil pelo trabalho do filho, outras cifras saltam aos olhos. Segundo o Sindicato dos Agentes Tributários do MS, a isenção de ICMS deve diminuir em 20% a arrecadação do estado, o equivalente a R\$ 1.250.289.441,00. Devido à isenção para as usinas de álcool, o estado deixará de receber, em 2008, R\$ 394,8 milhões.

O IBGE projeta, para este ano, o crescimento de pelo menos 30% da área de plantio de cana aumentando de 199,7 mil hectares, em 2007, para 260 mil hectares, em 2008.

Crime diversificado

O otimismo dos latifundiários e das multinacionais é a desesperança do povo Guarani Kaiowá. Quanto mais avançam a monocultura e a concentração fundiária, mais o povo vê distante suas terras, solução definitiva para os problemas da violência e extrema exploração.

Para além do lucro com as culturas da cana, do boi, da soja e do milho, outras facetas do uso da terra têm se revelado no estado. Em recente matéria publicada pela Campo Grande News, o juiz federal Odilon de Oliveira classificou as atividades do agronegócio como uma “lavanderia de dinheiro para o crime organizado”. O dinheiro sujo, de atividades como o tráfico de drogas, seria “lavado” com falsos números de produtividade na pecuária e agricultura.

Segundo a assessoria de imprensa do juiz, só no MS 205 mil hectares estão sob ordem de desapropriação por servirem ao crime organizado para “lavagem” de dinheiro. Ou seja, o crime organizado no estado teria, pelo menos, cinco vezes mais terra do que os 40 mil Guarani Kaiowá possuem – pouco mais de 40 mil hectares.

** O Porantim optou em usar nomes fictícios para não expor a vítima e sua família.*